Apresentação

Após duas décadas de convivência democrática, as sociedades latino-americanas exibem duas faces da mesma moeda. Por um lado, se constata avanços significativos na institucionalização formal da política, dentro daquilo que Dahl se referia como um Estado poliárquico. Ao mesmo tempo e, paradoxalmente, as sociedades latino-americanas apresentam um processo de estagnação e, em alguns casos, recuos na dimensão social. Mas se a globalização redundou no desaparecimento de regimes ditatoriais, o sistema neoliberal que se estabelece, passa a exigir dos países desta região um conjunto de requisitos que acirram as desigualdades na estrutura social, apesar dos avanços formais da democracia representativa. Nessa perspectiva, a democracia latino-americana emerge com características próprias que mostram uma carência no sentido de promover uma cidadania plena e uma democracia com qualidade. Assim, o que se verifica é a manutenção de uma cultura política híbrida e passiva que não introduz progressos sociais e de cidadania significativos.

Desse modo, o contexto contemporâneo da América Latina continua a ser de incerteza sobre seu futuro, não estando imune às crises internacionais sistêmicas, razão pela qual é difícil fazer prognósticos duradouros sobre a qualidade democrática neste continente. Apesar dos índices de crescimento econômico terem melhorado nos últimos anos, os governos continuam a manter uma política econômica com forte ênfase na disciplina fiscal e na estabilidade de preços, bem como no aprofundamento de reformas econômicas em detrimento de investimentos sociais, necessários para estabelecer a equidade social plena.

Tendo este cenário como pano de fundo, o segundo número da Revista Debates se orienta na direção de fazer um balanço das contradições ainda vigentes no processo de construção democrática na América Latina, após o chamado Consenso de Washington, denominação atribuída a um modelo político-econômico que se pensava ser a resposta aos déficits sociais desses países. Como tal expectativa não se materializou, principalmente em relação ao objetivo de conciliar

crescimento econômico com desenvolvimento social, torna-se necessário, (re)problematizar a questão democrática a partir da análise simultânea entre democracia formal, democracia direta e o papel da dimensão social nesse processo.

Nesse contexto, os artigos que compõem o Dossiê analisam diversos aspectos sobre a situação atual do continente latino-americano após o chamado Consenso de Washington. O professor Aaron Schneider, no primeiro artigo, trata sobre a relação entre governança e o papel que a ajuda internacional tem (ou não) na promoção de uma democracia plena.

O artigo de Mark Schneider, seguindo a mesma linha do primeiro, analisa a importância de a governança incorporar uma agenda de dispositivos que busquem a inclusão efetiva dos cidadãos nos ganhos produzidos pela dimensão formal da democracia, de tal forma que não se tenha nem perdedores nem ganhadores quando a questão social está envolvida.

O terceiro artigo do Dossiê, de autoria de Laurence Whitehead, aborda a questão da universalidade dos direitos reivindicados pelos cidadãos. O autor sugere que muitos dos direitos das pessoas ficam muito mais na retórica do que como variáveis efetivamente concretizadas na realidade. Whitehead sugere que as novas democracias são de baixa qualidade, razão pela qual universalizar os direitos é o desafio que os novos governos vão enfrentar no futuro.

Mesmo os governos de alguns países da América Latina que assumem o poder com posturas ideológicas de esquerda não têm conseguido equacionar os problemas sociais de forma efetiva e permanente. Isso é mostrado pelo artigo "Colômbia y Venezuela. Modelos emergentes en la nueva política latinoamericana", de Carlos Moreira, na sua análise sobre Colômbia e Venezuela.

Já o artigo de autoria de Henrique Carlos de Oliveira de Castro e Daniel Capistrano, "Cultura política pós-Consenso de Washington: o conceito de cultura cívica e a mudança política na América Latina", propõe uma reflexão crítica do conceito de cultura cívica e sua aplicação em estudos sobre mudança política na América Latina. Os autores

mostram a necessidade de se rever a operacionalização de variáveis nos estudos sobre cultura política neste continente.

Na seção Artigos, Thiago Lima, no seu texto “A política comercial na agenda de política externa dos EUA para a América Latina”, examina a política comercial da administração Bush para a América Latina, pontualizando que a agenda norte-americana teve sucesso limitado e parece ter contribuído para uma imagem da América Latina e do Caribe divididos em dois campos, um de aproximação e outro de repulsa a esta agenda. O artigo tem objetivo exploratório e baseia-se na análise de *hearings* e documentos oficiais norte-americanos.

O artigo de Florencia Antía, intitulado “Transformaciones del Estado Social: ¿Hacia una nueva fase de reformas en Chile y Uruguay?”, analisa a reforma do Estado Social impulsionada pelos recentes governos de centro-esquerda no Chile e no Uruguai, destacando que o rol social do Estado foi reforçado. Após esta fase de reformas, o Estado Social chileno é predominantemente liberal, embora alguns dispositivos solidários tenham sido reforçados, enquanto o uruguaio apresenta uma estrutura híbrida, com uma maior presença de mecanismos coletivos na gestão dos riscos sociais.

Finalmente, o artigo de Julia Sant’Anna e Fabricio Pereira da Silva, “Esquerdas latino-americanas e gasto social: há coerência entre propostas e práticas?” analisa os gastos sociais de governos de esquerda ou centro-esquerda eleitos recentemente em países da América Latina. São cotejados os gastos em programas sociais focalizados (saúde e educação) com o objetivo de questionar o que as ações desses governos declaradamente progressistas estariam trazendo de novo no campo social em relação a seus antecessores, bem como quais concepções e práticas tradicionalmente estabelecidas eles estariam reproduzindo. Além disso, é destacada a relação entre propostas desenvolvidas antes da chegada ao poder e práticas posteriores desenvolvidas por esses governos progressistas.

Segundo os autores, o cenário político atual desta região, tributário de políticas neoliberais, não tem possibilitado que as esquerdas latino-americanas, quando no poder, implementem um

modelo econômico radicalmente diferente daqueles que substituíram. Tal situação tem levado a que esses partidos se reorientem nas suas políticas, substituindo, como diria Weber, uma ética de convicção, por uma ética de responsabilidade.

Além dos trabalhos do dossiê e dos artigos, também integra este número a resenha de autoria de Elias Medeiros Vieira sobre o livro “Fundamentos Teóricos do Capital Social”, do Professor Silvio Salej Higgins.

Marcello Baquero
Editor da Revista Debates